



Caderno Virtual de Turismo

E-ISSN: 1677-6976

caderno@ivt-rj.net

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Brasil

Catão Henriques Ferreira, Helena

A organização da memória coletiva na defesa do território e na criação do produto turístico: um estudo
sobre a Ilha Grande, RJ

Caderno Virtual de Turismo, vol. 14, núm. 1, abril-, 2014, pp. 79-95

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Río de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115431119006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



A organização da memória coletiva na defesa do território e na criação do produto turístico:

um estudo sobre a Ilha Grande, RJ

The organization of the collective memory in defense of territory and in the creation of tourism as a product: a study on Ilha Grande, RJ

La organización de la memoria colectiva en la defensa del territorio y en la creación del producto turístico: un estudio sobre Ilha Grande, RJ

Helena Catão Henriques Ferreira <lelecatiao@gmail.com>

Professora adjunta do Depto. de Turismo da Faculdade de Turismo e Hotelaria/FTH, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 22-abr-2013

Aceite: 28-mar-2014

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

FERREIRA, H. A organização da memória coletiva na defesa do território e na criação do produto turístico: um estudo sobre a Ilha Grande, RJ. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.79-95, abr. 2014.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



PATROCÍNIO



Resumo: Na atualidade, observa-se um intenso movimento de recuperação de memórias coletivas, buscando-se a promoção de identidades culturais e a conquista ou garantia de direitos de populações locais em relação a seu território nativo, bem como a constituição de produtos turístico-culturais. Por abrigar trechos importantes de Mata Atlântica, sítios arqueológicos e ruínas, desde a década de 1970 a Ilha Grande passou a ser abrangida por diversos tipos de áreas protegidas. A população nativa, que vivia da pequena agricultura e da pesca artesanal, modificou seus costumes, pois seu território foi transformado em lugar estratégico para a conservação da natureza. O turismo, hoje a principal atividade econômica local, complementou essa mudança. Este artigo se baseia em pesquisa de campo qualitativa, de base etnográfica, a partir da participação em reuniões locais, observação direta e entrevistas aprofundadas. Visa refletir sobre o processo de reconstrução do passado nos dias atuais, enfocando a defesa de direitos e a inserção na produção do turismo.

Palavras-chave: Turismo; Unidades de conservação; Memória coletiva.

Abstract: Nowadays there is seen an intense movement to revive collective memories, seeking to promote cultural identities and to acquire or guarantee the rights of local populations in regards to their native territory, as well as constituting touristic-cultural products. As home to important sections of the Mata Atlântica, archeological sites and ruins, various types of protected areas have been designated within Ilha Grande has been since the 1970s. The native population, which lived off of small farming and fishing modified its customs since its territory was transformed into a strategic nature preserve area. Tourism today, the main local economic activity, supplemented this change. This text is based on on-site, ethnographic research stemming from participation in local meetings, direct observation and in-depth interviews. Its aim is to reflect on the process of reconstructing the past in the present while focusing on the defense of rights and the insertion of the touristic product.

Keywords: Tourism; Conservation; Protected areas; Collective memory.

Resumen: Hoy notamos un fuerte movimiento de recuperación de recuerdos colectivos, buscando la promoción de las identidades culturales y la conquista o la garantía de derechos de la población local en relación a su territorio natal y la creación de productos turísticos culturales. Abrigando partes importantes de la Mata Atlántica, sitios arqueológicos y ruinas, la Ilha Grande desde la década de 1970 llegó a ser cubierta por varios tipos de áreas protegidas. La población indígena que vivía de la agricultura y de la pesca a pequeña escala ha cambiado sus hábitos, ya que su territorio se transformó en una ubicación estratégica para la conservación de la naturaleza. El turismo, ahora la principal actividad económica local, complementa este cambio. Este texto se basa en un trabajo de campo cualitativa, basado en la investigación etnográfica y en la participación en reuniones locales, observación directa y entrevistas en profundidad. Tiene como objetivo una reflexión sobre el proceso de reconstrucción del pasado en el presente día, centrándose en la promoción y la inserción del producto de turismo.

Palabras clave: Turismo; Areas protegidas; Memoria colectiva.

Introdução

Localizada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, a Ilha Grande vem sofrendo, desde o início da década de 1970, dois processos concomitantes e interligados que transformaram a vida de seus habitantes nativos: a criação de áreas ambientalmente protegidas e o desenvolvimento do turismo. Tais processos conviveram, até 1994, com a existência do Instituto Penal Cândido Mendes – um presídio de segurança máxima –, o qual acarretava uma limitação no acesso de pessoas à Ilha. Após sua extinção, no entanto, o turismo vem crescendo de modo ininterrupto, aumentando significativamente sua população com o agregamento de migrantes do Brasil e do exterior.

O Parque Estadual da Ilha Grande foi a primeira unidade de conservação implantada, em 1971. O território deste parque foi modificado diversas vezes, por sucessivos decretos e, em fevereiro 2007, passou a abranger cerca de 90% da Ilha, deixando de fora apenas a área da Reserva Biológica da Praia do Sul (criada em 1981), e os pequenos núcleos populacionais existentes ao redor. Além destas duas unidades, a Ilha é abrangida em toda a sua extensão pela Área de Proteção Ambiental de Tamoios (APA Tamoios) – que engloba também as outras ilhas da Baía da Ilha Grande – e possui, ainda, o Parque Estadual Marinho do Aventureiro, o qual tem por objetivo proteger os ecossistemas marinhos adjacentes à Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul. A criação dessas diversas unidades de conservação na região, embora estaduais, fazem parte de uma das estratégias de conservação da natureza em âmbito nacional – o mosaico de unidades de conservação –, buscando a integração e a ordenação do território. Na Ilha, os parques e a reserva biológica, que abrangem quase todo o seu território, são *unidades de conservação de proteção integral*, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), ou seja, categorias restritivas que, além de não admitirem a presença de moradores, interditam também atividades construtivas, agricultura, extrativismo, entre outras, e limitam a pesca.

Esta situação tem produzido, ao longo dos anos, inúmeros conflitos. A população da Ilha, considerada como *caiçara*¹, foi, desde o início, a mais atingida. Muitos habitantes deixaram seu lugar para morar nos morros de Angra dos Reis. Os que permaneceram se adaptaram às regras ambientais ou passaram a resistir de forma conflituosa. A atuação dos órgãos públicos voltou-se, em grande parte, para o controle dos usos e práticas dessas populações.

Após a extinção do Instituto Penal Cândido Mendes, os órgãos ambientais não puderam impedir a grande expansão da atividade turística em toda a Ilha. Têm conseguido manter, sob algum controle, a expansão construtiva, principalmente nas áreas mais altas e/ou costeiras, mas não é uma tarefa fácil, na medida em que a pressão é crescente e, muitas vezes, envolta em poderosas forças econômicas. Na verdade, é mais efetivo o controle sobre a população mais pobre, detentora de um capital econômico e social menor, mais dependente desses recursos e também com mais medo do poder público.

O crescente contingente de migrantes, de diferentes níveis econômicos e sociais, disputa o espaço e o uso do ambiente a fim de se estabelecer de formas também diversificadas. O que os atrai – visto que veem para habitar em várias localidades da Ilha Grande, concentrando-se principalmente na

¹ O termo “caiçara” é utilizado para designar as populações litorâneas brasileiras, principalmente as do Sul e do Sudeste, consideradas “tradicionais”, que teriam permanecido nas terras, no interstício dos grandes ciclos econômicos, sustentando-se à custa da pequena agricultura de organização familiar voltada para o autoconsumo e da pesca artesanal (DIEGUES & NOGARA, 1994; DIEGUES, 1996; ADAMS, 2000).

Vila do Abraão – são as oportunidades de investimento e trabalho relacionadas ao setor turístico. Também a população original da Ilha passou a fazer desta sua principal atividade econômica, empregando-se em pousadas e restaurantes, trabalhando no transporte de turistas e no comércio em geral, que, sobretudo no Abraão, têm se diversificado intensamente.

Há, no entanto, certo número de nativos que obteve maior ascensão social, transformando-se em donos dos estabelecimentos. Isto se deu especialmente na Vila do Aventureiro, inserida desde 1981 em área de reserva biológica, fato que impediu pessoas “de fora” de estabelecerem moradia e equipamentos turísticos no local, e onde hoje ocorre um tipo de turismo denominado como comunitário ou de base comunitária.

Em diversas áreas rurais e, sobretudo naquelas que se transformam em unidades de conservação, frequentemente constatamos a existência de um processo de desterritorialização, o qual atinge populações locais na proporção em que lógicas modernizantes ou ambientalistas se instalam nas pequenas localidades, mudando costumes e relações sociais. Não raro a agricultura, o extrativismo, o artesanato e a produção alimentar tradicionais passam a ser considerados arcaicos e nocivos à conservação da natureza e, mesmo, transformam-se em crime ambiental.

Utilizo-me, aqui, da noção de *território* pensada por Raffestin (1986), em que este é visto como a apreensão do espaço por um determinado grupo social. Ao se apropriar de um espaço, mesmo que abstratamente, como, por exemplo, por meio da representação, o ator o territorializa. Segundo Mormont (1996), as questões ambientais produzem uma espécie de requalificação do território por suas funções ecológicas, e também uma requalificação do local como lugar de intervenção ou gestão do meio ambiente. O espaço qualificado ecologicamente instala um enfrentamento entre os usos locais que podem estar ligados à tradição da cultura ou mesmo a interesses econômicos e a interesses exógenos, universais ou globais. Dessa forma, negam-se usos e costumes e, portanto, o território da população local.

O estabelecimento de unidades de conservação, principalmente as de proteção integral (SNUC, 2000) representa, então, para estes habitantes, uma forma de desterritorialização, mesmo que permaneçam no local. Na medida em que um território existe a partir da apreensão do espaço pelo capital cultural de um determinado grupo e as regulações ambientais inviabilizam tal reprodução cultural, ocorre um processo de desterritorialização, seguido de uma reterritorialização em outras bases (FERREIRA, 2004).

Entretanto, esse processo se dá ao mesmo tempo em que tais práticas são revalorizadas e passam a ser importantes, tanto na afirmação de direitos dessas populações quanto pela curiosidade que despertam, por serem representativas de diversidade cultural. É fato que as diferenças culturais se tornam relevantes no mundo contemporâneo, informatizado e globalizado posto que a viagem se transforma em um dos principais itens de consumo, as práticas culturais das populações das cidades globalizadas se tornam semelhantes e os modos de vida dos mais diversos povos se misturam rapidamente, hibridizando-se (CANCLINI, 2006).

Embora o interesse turístico pelas unidades de conservação se volte principalmente para os elementos “naturais”, a organização de memórias coletivas relacionadas às práticas e saberes das populações que habitam essas áreas cria um novo tipo de atrativo, o qual se agrega aos já conhecidos, e o crescente interesse pelas culturas locais possibilita o surgimento de produtos turísticos diferenciados. De certo modo, isto desempenha um papel importante na afirmação da identidade cultural, contribuindo com resistência ao processo de desterritorialização e elaborando argumentos em defesa do território nativo. Ao mesmo tempo em que podemos observar na atualidade um processo de

organização e recuperação de memórias coletivas que busca promover identidades culturais, presenciemos a importância desses dados na conquista ou garantia de direitos, e também sua utilização na constituição de produtos turístico-culturais.

Todo esse processo pode ser observado na Ilha Grande, em que a identidade caiçara referida às populações nativas da Ilha tem transformado seus significados, antes depreciativos e agora rememores a uma cultura singular, capaz de despertar interesse sobre a história da região e os modos de vida de seus habitantes originais.

O objetivo central deste texto é desenvolver uma reflexão sobre a preservação de memórias e reconstrução do passado nos dias atuais na Ilha Grande, com o reforço da identidade caiçara, conforme se faz presente a necessidade da população nativa de defender seus direitos ao território frente aos processos conservacionistas locais e também na diferenciação de seu produto turístico.

O artigo se baseia em trabalho etnográfico, a partir de pesquisa de campo com a duração de três anos e meio, a qual resultou em tese de doutorado, com a participação e a observação direta em reuniões locais e entrevistas aprofundadas com membros das comunidades da Ilha, entre outros atores sociais envolvidos em fóruns participativos relacionados com as unidades de conservação e no processo de recategorização do Aventureiro.

Para desenvolver esta discussão, será abordada a grande diversidade de situações e a diferenciação na construção do processo turístico que se verifica hoje nas várias localidades da Ilha, bem como as transformações culturais profundas operadas nas populações nativas pela criação de unidades de conservação e pelo turismo. Nesse cenário de mudança social, o reordenamento e a preservação de memórias se transformam num processo central, assim como a reafirmação, embora de forma ambígua, da identidade caiçara. Por fim, procura-se mostrar que o trabalho de recuperação e reconstrução de memórias coletivas, neste caso, tem dado origem a produtos turísticos diferenciados, que se configuram estratégicos para a inserção das populações nativas no sistema turístico local de forma não subalterna.

Diversidade cultural e turismo na Ilha Grande

Conhecida, hoje, nacional e internacionalmente, principalmente por fazer parte de inúmeros roteiros turísticos e por suas leis de proteção da natureza, a Ilha Grande tem sido pensada, nos âmbitos mais diversos, como uma unidade. Porém, está envolvida em uma grande diversidade de histórias e questões localizadas.

Suas praias e povoados, apesar de compartilharem da história regional e da configuração ambiental, viveram processos peculiares e, hoje, embora a maioria tenha como principal atividade econômica o turismo, desenvolvem-no de maneira própria, enquanto sua população também lida com tal atividade de forma diferenciada.

Com suas praias espremidas entre o mar e a montanha, a Ilha foi, em outras épocas, lugar de roças e escravos, de agricultores e pescadores, de presos e policiais. Tudo isso faz parte de um passado ainda presente, marcado nas ruínas que, por toda a parte, permeiam florestas e praias e, também, a memória de antigos moradores, em narrativas que são repetidas aos que chegam. Desde o final do século XIX começaram a ser instalados presídios na Ilha Grande, primeiramente na Vila do Abraão e depois na praia de Dois Rios, localizada na face oceânica da ilha. Em 1994 foi extinto o último, o Instituto Penal Cândido Mendes, em Dois Rios.

[illegible]

Até a década de 1970, as roças constituíam importante fonte de sustento das comunidades da Ilha e, naquela época, a vida local se organizava nas áreas mais altas, nos chamados sertões, devido à escassez de áreas planas para a agricultura. Com a pesca assumindo um papel cada vez mais importante, e depois com a implantação das unidades de conservação e o turismo, os espaços de ocupação, com seus núcleos populacionais, passaram a se concentrar nas praias e enseadas. Por consequência, a floresta voltou a se regenerar nas áreas mais íngremes.

Na parte voltada para o continente, diversas enseadas e praias recebem um grande de número de visitantes, principalmente no verão. Podemos citar as enseadas de Palmas, a do Abraão – onde se localiza a vila do mesmo nome –, das Estrelas, do Bananal, do Sítio Forte e a de Araçatiba. O Abraão hoje recebe turistas durante todo o ano, sobretudo europeus. No lado oceânico encontram-se as praias de Provetá, dos Meros, do Aventureiro, da Parnaioca e de Dois Rios. E também as praias de Lopes Mendes, Caxadaço, Santo Antônio, Brava, do Leste e do Sul, atualmente desabitadas. Os núcleos mais populosos da Ilha Grande são a Vila do Abraão e a praia de Provetá. Nesta segunda, o turismo tem se estabelecido lentamente, pois sua população é constituída por uma maioria de evangélicos, que têm na pesca sua principal atividade econômica. Há ali certo preconceito contra o turismo, embora alguns moradores estejam atualmente oferecendo hospedagem a membros da Igreja.

Na praia da Longa não há pousadas. A população dedica-se à pesca, recebendo uma quantidade pequena de visitantes se comparada ao Abraão, mas é no aluguel de suas casas e quartos que ganha dinheiro com a atividade. O turismo na Longa tem uma repercussão peculiar, pois os turistas são mencionados de várias maneiras: caminhantes, que passam percorrendo trilhas; os que chegam de barco para uma visita rápida, ou os que alugam ou compram casas na localidade (PRADO, 2009).

No Saco do Céu e nas praias de Araçatiba, Vermelha, Bananal, entre outras, muitas pousadas pequenas surgem a cada dia, pertencentes a moradores nativos ou antigos mas, também, a pessoas

que migraram recentemente (principalmente a partir do final dos anos de 1990) devido às oportunidades com o setor turístico. Antigas fábricas de beneficiamento de sardinha, de propriedade de japoneses (surgiram na década de 1920, viveram seu auge na de 1970, começando a declinar a partir dos anos de 1980, sendo que a última se extinguiu em 1992), têm-se transformado em pousadas.

Nas praias do Aventureiro e da Parnaioca o turismo é diferenciado do restante da Ilha. O Aventureiro, por estar em área de reserva biológica, é um local onde a atividade não é permitida por lei, embora tolerada pelo órgão ambiental responsável². Os únicos meios de hospedagem são os campings e alguns quartos acoplados às casas dos moradores. Os restaurantes são pequenos bares construídos junto a esses campings, e a operação das atividades é quase que exclusivamente gerida pelos próprios nativos. Na Parnaioca, atualmente, há poucas casas e dois campings. As duas praias (depois que a primeira foi incluída na área do PEIG, em 2007) estão dentro de unidades de conservação de proteção integral. Por esse motivo, nelas não há luz elétrica e nenhum tipo de estrutura urbana ou serviços, a não ser a coleta de lixo, realizada sem regularidade pela Prefeitura. Por serem áreas interditas para moradia, sob a constante observação dos órgãos ambientais e também pelas dificuldades de acesso, o crescimento do turismo tem se dado de forma moderada. No Aventureiro, do final da década de 1990 ao ano de 2006, houve um grande crescimento do número de visitantes, gerando ainda mais conflitos com o Estado. Hoje, após intervenções dos órgãos públicos, passou a ser feito um controle do acesso nos períodos de maior fluxo, com o estabelecimento da capacidade de suporte de 560 pessoas por dia na área.

O turismo na Ilha possui uma “motivação multidimensional” (TALAVERA, 2003): o turista não busca um único tipo de experiência, mas associa diversos interesses. O fluxo principal é voltado para a natureza, entretanto com motivações diversas. Verifica-se uma tendência dominante para as visitas às praias e os passeios de barco. Em segundo lugar está a prática de esportes de natureza, como caminhadas, surf e mergulho. E há também uma parcela menor de turistas interessada nas unidades de conservação. São geralmente pessoas com preocupações ambientais, que visitam outras unidades de conservação no Brasil e no exterior. Este tipo possui uma subdivisão, pois parte desses turistas volta-se prioritariamente para os atrativos naturais (paisagem, vegetação, fauna, aspectos geológicos, geográficos etc.), enquanto outros se interessam também pelo patrimônio cultural, representado pela cultura caiçara, suas lendas, materialidades e saberes ou, ainda, por construções antigas, ruínas etc. Para a maior parte dos turistas da Ilha, o turismo cultural seria constituído por uma clientela indireta (TALAVERA, 2003) que, apesar de não estar à procura, especificamente, do patrimônio cultural, chega a ele porque está em seu caminho.

Na Vila do Aventureiro, a população mantém um modo de vida que prima pela organização de festas tradicionais, conservação e reconstrução das casas de farinha, cultivo de algumas poucas roças e prática frequente da pesca, hábitos que têm sido também fator de atração e de interesse dos turistas. O fato de a Vila estar dentro de uma unidade de conservação restritiva, em que somente a população caiçara tem uma permissão especial e provisória do Estado para habitar a área, de não possuir rede de energia elétrica e nem ser possível construir novos prédios, fez com a localidade se mantivesse mais preservada das grandes mudanças culturais e da ocupação do espaço que ocorreram em outros espaços da Ilha, provocando, então, esse interesse turístico peculiar.

2 Sobre esta questão, ver Costa (2004, 2008) e Ferreira (2004).

Costumes nativos e turismo

Até o surgimento da primeira unidade de conservação, as roças, juntamente com a pesca, eram as principais fontes de sustento da população, como mencionado antes. De estrutura familiar, a agricultura local era praticada em um sistema denominado “coivara”, típico de diversas populações rurais brasileiras. Esse sistema de plantio, também chamado de “roça de toco”, é conhecido de longa data no interior brasileiro pelas populações caipiras, tratando-se de uma herança indígena. É baseado na derrubada e queima da mata, seguido de um período de abandono ou “pousio” para a recuperação do solo, que varia de acordo com a localidade.

As populações caiçaras da Ilha são descendentes daquelas que permaneceram na terra após a desativação das grandes fazendas de produção de cana-de-açúcar e de café, instaladas na região a partir do século XVIII. Além dessas mercadorias que movimentavam a economia da colônia, os antigos habitantes plantavam principalmente mandioca, feijão, batata-doce, abóbora, milho, banana e tangerina. Em alguns locais, como no Aventureiro, também havia plantações de arroz. A mandioca era muito utilizada para a confecção de farinha, um dos principais produtos locais, feita de modo artesanal, nas “casas de farinha”. Associada à roça, havia a coleta de frutos e plantas da floresta.

A desterritorialização vivida pelas populações locais, devido à interdição de suas práticas culturais, deixou marcas que sobrevivem e complicam o entendimento mútuo dos códigos culturais entre elas e os agentes dos órgãos ambientais. No entanto, alguns de seus costumes e modos de vida tradicionais, imbricados às práticas contemporâneas e globalizadas, permanecem, configurando visões de mundo próprias e diferenciadas. O habitus (BOURDIEU, 2002) nativo, ou seja, o conhecimento adquirido em sua vida cotidiana, que se dá também em sua relação específica com a natureza, conforma um capital cultural, uma “disposição incorporada” (BOURDIEU, 2002). Funciona como um princípio inconsciente, como uma lente através da qual o mundo é percebido e como um produtor das práticas. É também um esquema classificatório, princípio “de visão e divisão” (BOURDIEU, 2002). Está sempre se reestruturando, pois é produto da experiência passada e presente. No entanto, quando as condições objetivas se modificam, ele ainda resiste. Dessa forma, produz-se uma defasagem entre o antigo habitus e as novas condições, muitas vezes instaurando conflitos.

Desde o início das transformações no modo de vida das populações da Ilha Grande, em geral, e da Vila do Aventureiro, em particular, o habitus nativo tem se reestruturado continuamente. No entanto, essas mudanças não se dão com a mesma rapidez e intensidade com que ocorrem as transformações objetivas. Nesse sentido, muitas práticas tradicionais, agora proibidas pela legislação ambiental, podem ser ainda usadas clandestinamente, como a caça e a extração vegetal ou mineral (areia para construções), ou o desejo pela continuidade das antigas atividades pode permanecer sob forma de insatisfação ou inadaptação durante muito tempo.

Atualmente, na maior parte da Ilha a mata tomou o lugar das roças, compondo, em estágios diversos de regeneração e com a participação das espécies exóticas (não características do ecossistema Mata Atlântica), uma paisagem também considerada exótica, e, neste caso, valorizada pelos turistas. A diversificada população nativa lida de formas distintas com essa transformação da paisagem. Em algumas localidades, embora cada vez menos, ainda há quem plante e quem tenha saudade da roça. Para essas pessoas, a roça ainda é um elemento de identificação. Por isso, as memórias do passado estão imersas em imagens da ida para a roça com os pais, do plantio como sustento e como brincadeira, das temporalidades da agricultura, do trabalho de organização familiar.

Esses detalhes contribuem para que diferentes histórias sejam narradas sobre a Ilha Grande, nas quais se confrontam visões orgânicas, que seriam as nativas e ligadas às práticas tradicionais; visões capitalistas, que, no caso da Ilha, são representadas principalmente pelos interesses turísticos e imobiliários; e as visões da tecno-natureza, ou seja, aquelas trazidas por pesquisadores, ambientalistas, legisladores e administradores (ESCOBAR, 2005). Como diz Escobar, “são várias paisagens, várias naturezas em tensão” (2005, p. 27).

Sendo assim, e estimulado sobretudo pela produção do turismo, o consumo do ambiente, da história e da cultura se insere em uma rede de tensões e conflitos que foi se constituindo aos poucos na localidade. A propagação e o consumo de bens culturais são aspectos fundamentais das transformações nos estilos de vida e da formação de fronteiras simbólicas no mundo contemporâneo (ARANTES, 2004). Nesse sentido, o mercado global se alimentaria das diferenças culturais, estimulando a geração e a circulação desses recursos. O produto cultural contemporâneo, ao mesmo tempo em que é global, produz enraizamentos no local, criando “sentidos globais de lugar” que interagem com identidades, memórias e tradições (ARANTES, 2004, p. 3).

O turismo muito tem se utilizado desse discurso, tanto na elaboração de atrativos, produtos e roteiros, como também nos projetos de planejamento de destinos. Por um lado, fala-se em formas alternativas, baseadas na noção de sustentabilidade e no paradigma do desenvolvimento com base local ou comunitária, na valorização das culturas locais, tradicionais e rurais. Não obstante, a atual fase do turismo, como forte atividade econômica do mundo capitalista contemporâneo, aponta para uma especialização flexível. A atividade segmenta-se para atender a nichos de mercado e aos diversos grupos de interesse, e cria produtos calcados nas diversidades culturais, geográficas, sociais, étnicas, históricas, ecológicas, entre tantas outras.

A partir da criação de produtos turísticos segmentados, como ecoturismo, turismo cultural, turismo de base comunitária, entre outros, diferentes grupos sociais, com diferentes realidades históricas, étnicas e sociais são inseridos numa dinâmica socioeconômica, mas também política, reafirmando e reelaborando identidades, reconstruindo memórias e “inventando tradições” (HOBSBAWM, 1997). Esse movimento deriva da busca de resposta às inúmeras expectativas externas e, ainda, de formas de lidar com as mudanças que se apresentam.

O caso do Aventureiro é emblemático também nesse aspecto, pois a reafirmação/criação da identidade caiçara tem sido importante, por um lado, para conceder a permanência da comunidade em área de reserva biológica, com a manutenção de alguns usos e costumes e, por outro, para constituir um produto turístico diferenciado. Ressalte-se que esse processo tem acontecido de formas diferentes nas várias localidades da Ilha. As leis de proteção natural e cultural que atuam no local têm determinado formas específicas para as populações se relacionarem com os problemas que vão se apresentando, no sentido da defesa de direitos de permanência no território e usos culturais. Simultaneamente, o turismo que se organiza em cada uma delas manifesta suas peculiaridades na elaboração de produtos específicos.

Mudança social e memória

Para Halbwachs (2004), as transformações em um lugar são capazes de afetar profundamente alguns indivíduos à proporção que as lembranças ligadas a ele são apagadas; é como se perdessem uma parte de si mesmos. Na Ilha, a mata, que hoje cresce por toda parte, embora de grande importância

ambiental e paisagística, encobre roças que ali existiram, e assim encobre também uma história vivida, um trabalho impresso nas terras. Apaga, portanto, parte de uma rede de relações que existiu entre os agricultores-pescadores, com sua sociabilidade ligada aos mutirões e a outros rituais próprios da atividade agrícola e pesqueira. Desse modo, ao mesmo tempo em que as leis promovem a preservação de ecossistemas e achados arqueológicos de populações extintas há longa data, de certa forma decretam o apagamento de uma história recente e ainda presente. Ao perderem o direito de manter as áreas agrícolas, os nativos perderam também parte de seus afetos e marcos da memória.

Apesar das novas interações sociais relacionadas com o turismo, das mudanças intensas provocadas por todo esse processo, e de a identidade caiçara ter sido atribuída por atores externos, agora as populações das diversas localidades da Ilha aceitam e até utilizam esta denominação a seu favor, na medida em que o termo, de forma diferente de seu antigo significado, passa a denominar “pessoa do lugar”. Hoje incorpora, inclusive, um sentido de autenticidade, valorizado por muitos turistas, e é utilizado para dar nome a hotéis, barcos, restaurantes etc. Do mesmo modo, os relatos sobre antigos hábitos e costumes são contados e recontados e, muitas vezes, acrescentados ou recortados, fazendo surgir novas histórias, renovando tradições. As novas gerações incorporam essas memórias em seus referenciais de vida e as transmitem de modo próprio, transpassadas por esquecimentos e silêncios, constituindo “uma mediação simbólica, através da qual o significado é construído” (FELDMAN-BIANCO & HUSE, 2004). Para Brandão (2004), o ofício da memória não é recompor o fato ocorrido e, sim, reconstruir, relembrar por meio de uma recriação. Este processo de “resgate” de memória, em que as lembranças de uns são base para lembranças de outros na construção da memória coletiva, de acordo com Halbwachs (2004), contribui para que um grupo social possa se manter coeso na adversidade, na afirmação de sua identidade cultural.

No caso da Vila do Aventureiro, por exemplo, enquanto a população local esteve relativamente isolada não precisou definir-se como caiçara. Com a criação da Reserva Biológica da Praia do Sul, em 1981, e a chegada dos turistas, intensificada a partir dos anos de 1990, tal identidade foi se afirmando. Não só porque é na relação com o outro e a partir da visão do outro, no jogo dialético entre semelhança e diferença (OLIVEIRA, 1974), que se constroem as identidades. Isto se dá também nas inúmeras oportunidades que esses indivíduos têm experienciado de narração de seu passado e da elaboração de uma memória coletiva a partir das conversas com pesquisadores, representantes do Estado, ambientalistas e turistas. Segundo Pollak (1992), a memória individual ou coletiva é um elemento constituinte da identidade, pois aciona sentimentos de continuidade e coerência importantes para uma pessoa ou um grupo na reconstrução de si. A identidade social como imagem que se constrói de si para si mesmo e para os outros (POLLAK, 1992) constitui-se num fenômeno produzido em referência a critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e de credibilidade, que se faz por meio da negociação direta com os outros.

Conforme Halbwachs (1925), a construção da identidade parece estar ligada à reconstrução que se faz do passado a partir de tensões e conflitos do presente. No caso do Aventureiro, ao elaborarem perguntas os pesquisadores (e também os turistas) fornecem aos nativos roteiros de estímulo às lembranças. Dessa forma, fazem circular informações sobre a cultura caiçara que se mesclam aos fragmentos de memória dos habitantes, contribuindo para a reconstrução da história e para a reinvenção da tradição local (HOBSBAWM, 1997).

A identidade caiçara torna-se importante, então, ao reafirmar o direito ao lugar, principalmente perante as leis ambientais. Faz sentido, ainda, por sublinhar diferenças, por legitimar costumes e cosmografia, a qual, segundo Little (2002), é a forma como as populações se relacionam com o seu

ambiente e como este ambiente influi em suas visões de mundo. Para o autor, a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo social e depende de suas contingências históricas. É o esforço coletivo de um grupo para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico. Sua relação particular com o território diz respeito a uma “cosmografia” (LITTLE, 2002) que, por sua vez, está relacionada a saberes ambientais, ideologias e identidades, coletivamente criados e historicamente situados, utilizados para estabelecer e manter seu território. Sendo assim, a história da ocupação do território está guardada na memória coletiva. Nos contextos de conflito, nos quais é preciso fazer sua defesa, observa-se uma tendência à unificação dos grupos.

Tradicionalidade: apropriação e rejeição

A noção de populações tradicionais tornou-se importante na Ilha Grande, em geral, e na Vila do Aventureiro, em particular, pois, se no primeiro caso o fato de serem assim considerados confere direitos em relação às unidades de conservação, no segundo foi o que permitiu a permanência dos habitantes na vila, desde a criação da reserva. Na Ilha, essa noção tem sido utilizada nos diversos fóruns participativos (conselhos de parque e grupos de trabalho ambientais) para a elaboração de planos e zoneamentos, para diferenciar direitos territoriais das populações nativas em contraste com as sucessivas levadas de migrantes. Todavia, tem sido também alvo de debates devido às ambiguidades e indefinições que carrega. Importante na tarefa de assegurar a presença humana em áreas onde se implantam unidades de conservação, e simultaneamente ocupando lugar em distintos campos discursivos na esfera do ambientalismo, essa noção caracterizou-se, desde o início, por gerar mais polêmica que consenso em torno de seu significado.

Para as populações locais, ela também se reflete de modo ambíguo. Na Vila do Aventureiro – onde a tradicionalidade tem sido acionada constantemente –, durante o período de reuniões com a comunidade na elaboração do processo de recategorização³, enquanto em alguns momentos os habitantes afirmavam sua identidade caiçara e o apego ao território, em outros declaravam o desejo de “vender a casa e ir morar em Angra”. Em vista das negociações que se desenvolveram nesse processo, colocou-se a necessidade de a população encarar uma luta política, na qual está em jogo sua coesão na defesa do território e da identidade tradicional caiçara. Isto porque a existência de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) pressupõe uma população tradicional e, nela, a ideia de conservação ambiental é associada à de conservação cultural. Entretanto, as possibilidades dessa coesão tornaram-se muito relativas devido à heterogeneidade de interesses e visões dos moradores sobre tais questões, que em diversos momentos se traduz em disputa declarada.

É importante considerar que o processo identitário é marcado por ambiguidades. Em alguns momentos, ser caiçara tem um sentido produtivo para aqueles que assumem essa identidade, e em outros não. Oliveira (1974) direciona o olhar para a necessidade de focalizar as identidades dentro da perspectiva de que estão em crise, na medida em que os processos de identificação pessoal ou grupal chegam a estar mais condicionados pela sociedade envolvente do que pelas fontes originárias dessas mesmas identidades. As noções de identidade caiçara ou a de população tradicional se

³ Em 2008 deu-se início a um processo (que desde 2010 tramita na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e, em fevereiro de 2014, última data de consulta, ainda não tinha perspectiva de conclusão) que visa recategorizar a área da Vila do Aventureiro para Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

apresentam como uma resposta às expectativas externas, relacionadas às unidades de conservação e ao turismo. Sua apropriação pelos moradores nativos na luta por direitos é, portanto, passível de transformação, quando mudam as condições concretas. Ao se tornar uma exigência para o processo de recategorização da unidade de conservação, é parcialmente rejeitada.

Vale ressaltar que a construção das identidades está relacionada a uma permanente reconstrução do sistema de valores de uma determinada sociedade (BARTH, 2000). A mesma identidade que serve em vários momentos para a defesa do território pode ser sentida como aprisionante, ao passo que no projeto da RDS impõe novas regras e normas que não correspondem às expectativas dos habitantes. As identidades, então, apresentam um aspecto de fluidez, sendo constituídas a partir de objetivos e não essencialmente (BAUMAN, 2005).

Quando a relação é com o turismo, ela parece permanecer forte. A narração de histórias do passado, ressaltando os costumes caiçaras, a renovada atenção às “casas de farinha” e canoas, o artesanato de barcos, o ato de relembrar as comidas tradicionais e de produzi-las para mostrar para “os de fora” entre outros fatos, são alguns dos aspectos que demonstram que a tradicionalidade demandada pelos olhares externos tem sido importante para marcar as diferenças do turismo organizado pelos nativos e possui possibilidades ainda não completamente conhecidas.

Em algumas ações relacionadas ao turismo no Aventureiro – como o projeto de Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária desenvolvido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, 2009-2010) e também uma oficina de turismo coordenada pela Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA) –, durante as reuniões do processo de recategorização com a comunidade os moradores foram estimulados a lembrar de hábitos e costumes antigos. Esses momentos eram vistos por eles como agradáveis, em contraponto às reuniões de negociação com o Estado sobre o projeto de RDS. Mesmo após os períodos de conflito dessas reuniões, as tarefas lúdicas propostas para o desenvolvimento de seu produto turístico destoavam do tom grave e dos debates difíceis e pareciam dissolver mágoas e promover aproximações. Apesar de o turismo representar também um espaço de disputa e competição, a organização de uma memória coletiva e a tradicionalidade acionadas no projeto turístico demonstravam a existência de um espaço propício para o surgimento de uma unidade de conservação com possibilidades diversas, desde a incorporação da roça e da pesca como também sua articulação com a atividade turística, hoje pela vista população como principal.

Estes processos de apropriação e rejeição da identidade caiçara e da tradicionalidade, embora mais pungentes no Aventureiro – onde se fazem necessárias para ser possível habitar e se estabelecer –, são verificadas de formas variadas em toda a Ilha Grande. Engendram valores, direitos e diferenças, que em alguns momentos são interessantes para os nativos e, em outros, negam possibilidades às suas demandas contemporâneas.

Um produto turístico comunitário

Apesar de os processos identitários descritos se darem de forma semelhante na maior parte das localidades da Ilha Grande, propiciando diferenciações em relação às unidades de conservação e ao turismo, o caso do Aventureiro destaca-se por apresentar essa questão de forma intensificada.

A expectativa dos jovens do Aventureiro (como da Ilha em geral) volta-se hoje para o desenvolvimento do turismo, que mudou radicalmente suas perspectivas, possibilitando o acesso a recursos

econômicos e a bens de consumo que antes não faziam parte de suas vidas. Além disso, conseguiram uma melhoria nas condições dos barcos, elementos importantes para sua autonomia, além de uma transformação no nível das relações sociais (COSTA, 2008, 2004; FERREIRA, 2004).

A diferença no turismo do Aventureiro reside no fato de ser a própria população nativa sua produtora e beneficiária, ao criar um modo próprio de gestão do setor. Essa singularidade se dá pela impossibilidade de crescimento aos moldes do restante da Ilha, devido às imposições da legislação relativa à reserva biológica. O turismo de camping, realizado geralmente por mochileiros, como são referidos localmente estes turistas, é bastante diferente daquele que ocorre nas outras praias da Ilha Grande, em que são demandados mais investimentos em pousadas, bares e restaurantes, além de outros equipamentos para atender às classes média e alta. Dessa maneira, o turismo do Aventureiro foi entendido como de base comunitária (COSTA; FERREIRA; PRADO, 2009).

Por outro lado, observou-se durante o processo de pesquisa que, muito além das questões econômicas, esse turismo comunitário do Aventureiro se baseia em um autorreconhecimento do grupo social como tal, com uma história singular, costumes próprios e uma luta comum, apesar de muitas divergências e tensões internas.

Uma definição se torna importante a esta altura: turismo comunitário ou de base comunitária seria um “modelo de turismo onde as populações tradicionais, os trabalhadores rurais, os pescadores, os representantes das culturas indígenas são os principais protagonistas” (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 15). Segundo os autores, não é fácil definir um marco conceitual para esse tipo de turismo, visto que existem muitas abordagens diferentes e uma diversidade muito grande de contextos, histórias, lugares e personagens.

Mas a origem dessa concepção, no entanto, pode ser localizada em experiências latino-americanas da década de 1980, e corresponde a diversos fatores de ordem econômica, social, cultural e política dos países envolvidos. As pressões do próprio mercado turístico se constituem em um fator importante, respondendo a nichos específicos de mercado, compostos por grupos pequenos de viajantes em busca de experiências enriquecedoras e únicas, combinando vivências culturais e natureza preservada (MALDONADO, 2009).

Assim, por parte das comunidades locais, esse tipo de turismo deriva de necessidades econômicas de superação de situações de pobreza crônica, na busca de “fontes alternativas de renda frente aos limitados resultados da economia de sobrevivência” (MALDONADO, 2009, p. 27). O surgimento da atividade demonstraria também o importante papel das pequenas e microempresas perante o desenvolvimento local e, conseqüentemente, em relação também à oferta turística nacional (MALDONADO, 2009).

No caso em estudo neste artigo, Lima (2011) argumenta que grupos sociais que ficaram à margem dos processos de desenvolvimento, transformando-se em comunidades carentes, passaram a vislumbrar possibilidades econômicas e sociais por meio do turismo, desenvolvendo as atividades de modo empírico. Esse movimento ocorreu concomitante ao crescimento do número de pessoas interessadas em atrativos turísticos vistos como mais autênticos natural e culturalmente. Conseqüentemente, fez com que localidades habitadas por grupos comunitários passassem a ter um crescimento turístico inédito (LIMA, 2011). Como lembra este autor:

O desenvolvimento de atividades turísticas em meios comunitários não ficou restrito aos interesses dos viajantes; ele tem revelado também para o mundo acadêmico um universo rico e complexo em que aspectos simbólicos estão atrelados a uma cultura política e ao exercício de crenças que constituem um

grande mosaico vivo começando a ser observado e interpretado por pesquisadores e estudiosos das questões que lhe envolvem (LIMA, 2011, p. 3).

Ainda conforme este autor, o termo Turismo de Base Comunitária (TBC) surgiu para definir mais uma categoria de atividades turísticas, sem, entretanto, ter fundamentação em princípios norteadores das ações (LIMA, 2011). Ressalte-se que o desenvolvimento do turismo comunitário estaria, ainda, associado a estratégias políticas de preservação de territórios de comunidades locais, no sentido da valorização de “parte essencial do seu patrimônio e base material de sua cultura” (MALLDONADO, 2009, p. 27).

Por outro lado, constituir-se-ia, também, em uma alternativa ao turismo massificado, de forma situada na cultura local e nos ambientes naturais, procurando “respeitar heranças culturais e tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las (...)” (BURSZTYN, SANSOLO & DELAMARO, 2009, p. 86). Dessa forma, é possível detectar no ideário do turismo de base comunitária um reforço da ideia de patrimônio cultural herdado, de tradicionalidade, de ancestralidade e de comunidade constituída. Na medida em que um produto turístico é algo que se elabora, recorta e inventa, pode-se perceber um patrimônio sendo constituído, assim como também uma “comunidade imaginada”.

No Brasil, embora algumas experiências com escopo semelhante tenham sido tentadas desde os anos de 1990 no âmbito do ecoturismo, a denominação turismo de base comunitária só apareceu nos anos 2000. De acordo com um mapeamento iniciado em 2008, foram detectados casos de turismo de base comunitária em diversas regiões do país, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Amazonas, Pará, Rondônia, Goiás, Tocantins, Bahia e Santa Catarina (SANSOLO & BURSZTYN, 2009).

Segundo o Ministério do Turismo (2009), esse tipo de turismo é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico orientado pelos princípios da economia solidária, do associativismo, da valorização da cultura local e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando a apropriação por parte destas dos benefícios advindos da atividade turística.

Para Lima (2011) embora se reconheça a importância dos fatores econômicos no desenvolvimento dos projetos de TBC, considera-se como fundamental a adoção de princípios que privilegiem a solidariedade e as ações coletivas em detrimento do fomento à competição e à geração de lucro, como fim maior. Uma questão que também interfere na implantação e sucesso dos projetos é a assimetria de poderes entre agentes externos e internos, assim como na hierarquia dentro das próprias comunidades. Desse modo, Lima (2011) reconhece a urgência de um processo de empoderamento comunitário que, “como um condicionante para o desenvolvimento do TBC, deve atender às necessidades de desenvolvimento do indivíduo, das instituições locais de interesse público e da comunidade por meio do exercício da liberdade, da autonomia e da soberania” (LIMA, 2011, p. 17).

Considerações finais

Procurou-se fazer, neste artigo, uma reflexão sobre a importância da reconstrução do passado e da reinvenção da tradição elaboradas pelas populações da Ilha Grande nos dias atuais, em sua defesa de direitos ao território nativo a partir da transformação deste em unidades de conservação e em local de interesse turístico.

No momento de criação das unidades de conservação, os habitantes locais não tinham poder para fazer frente às novas regras impostas e foram desapossados de seu modo de vida tradicional. Num momento posterior, a noção de população tradicional elaborada por correntes socioambientalistas trouxe novos argumentos à questão, valorizando a construção de uma identidade caiçara reafirmadora desses direitos.

A reafirmação da tradicionalidade é um processo que ressalta sentimentos ambíguos na população local, pois ao mesmo tempo em que permite a obtenção de direitos diferenciados em relação ao território nativo, restringe as possibilidades em relação às expectativas atuais de mudança sociocultural, o que de certa forma determina um lugar social de nativo preservado. Mas, simultaneamente, cria a diferenciação necessária para a elaboração de um produto turístico que se destaque em relação aos investidores externos.

Nesse sentido, é no confronto com o outro, seja ele representante do Estado, ambientalista, pesquisador ou turista, e a partir de novos olhares sobre o lugar, que se reafirma a importância de resguardar costumes, de elaborar uma memória coletiva e de manter uma coesão interna no grupo de forma a construir relações de poder menos desiguais e de se adaptar aos novos tempos e às novas demandas.

Esses processos ocorreram por toda a Ilha, guardando diferenças e especificidades em cada uma das localidades. Em quase todas elas, é na memória coletiva que a população tem se apoiado para a defesa de direitos. Por outro lado, a identidade caiçara que desponta revalorizada, anteriormente rechaçada pelos habitantes locais como nomeação de sua desvalorização, passa agora a ser vista como autenticidade e tipicidade. O trabalho de recuperação e reconstrução de memórias coletivas, neste caso, tem dado origem a produtos turísticos diferenciados, os quais se configuram estratégicos para a inserção das populações nativas no sistema turístico local de forma não subalterna. No caso da Vila do Aventureiro, este processo aparece intensificado pela história e pela organização social local.

Embora ainda com muitos problemas, relacionados principalmente à falta de autonomia da população na construção de seu projeto de TBC de modo pleno – visto que este ainda está condicionado à recategorização da área para RDS –, a organização da memória coletiva tem sido importante na afirmação cultural, indispensável na resistência social e na construção de projetos coletivos.

Referências bibliográficas

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica**. São Paulo: Annablume, 2000.

ARANTES, A. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. **Revista Resgate**. São Paulo: Unicamp, 2004. v.1 nº 13, p. 11-18

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. & BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRANDÃO, C.R. Lembranças. In: FELDMAN-BIANCO, B. & HUSE, D. **As faces da memória**. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 2004 (Coleção Seminários 2).

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 19 de julho de 2000.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

BRASIL. **Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002.** Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BURSZTYN, I; SAN SOLO, D. & DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. & BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. 177-197

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Edusp, 2006.

COSTA, G. V. L. **O Aventureiro, Ilha Grande-RJ: uma análise de mudança social.** Tese de Doutorado, PPGAS/MN/UFRJ. Rio de Janeiro: Brasil, 2008.

_____. **A população do Aventureiro e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul: conflitos e disputas sob a tutela ambiental.** Dissertação de Mestrado, PPGAS/MN/UFRJ. Rio de Janeiro: Brasil, 2004.

COSTA, G. V. L.; FERREIRA, H. C. H. & PRADO, R. Praia do Aventureiro: um caso sui generis de gestão local do turismo. In: BARTHOLO, R.; SANDOLO, D. & BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 177-197.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. & NOGARA, P. **Nosso lugar virou parque.** São Paulo: USP/Nupaub, 1994.

ESCOBAR, A. Depois da natureza: passos para uma ecologia política antiessencialista. In: PARREIRA, C. & ALIMONDA, H. (orgs.). **Políticas ambientais latino-americanas.** Brasília: Flacso-Brasil/Editorial Abaré, 2005.

FERREIRA, H. C. H. **A dinâmica da participação na construção de territórios sociais e do patrimônio ambiental da Ilha Grande/RJ.** Tese de Doutorado, CPDA/UFRJ. Rio de Janeiro: Brasil, 2010.

_____. **Redefinindo territórios: preservação e transformação no Aventureiro – Ilha Grande/RJ.** Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRJ. Rio de Janeiro: Brasil, 2004.

FELDMAN-BIANCO, B. & HUSE, D. **As faces da memória.** Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 2004 (Coleção Seminários 2).

HALBWACHS, M. **Memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **Les cadres sociaux de la mémoire.** Paris: Presses Universitaires de France, 1925.

HOBBSBAWM, E. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LEITE LOPES, J. S. **A ambientalização dos conflitos sociais** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LIMA, R. P. **Turismo de base comunitária como inovação social.** Tese de Doutorado, COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro: Brasil, 2011.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil.** Anais da 23ª Reunião Brasileira de Antropologia. R, 2002.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas.

In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. & BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MENESES, U. T. B. **O patrimônio cultural entre o público e o privado. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura/Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

OLIVEIRA, R. C. Um conceito antropológico de identidade. **Revista Alter**. Brasília: UNB, 1974.

PRADO, R. et al. Caracterização socioeconômica geral da Ilha Grande. In: BASTOS, M. P.; CALLADO, C. H. (Orgs.). **O ambiente da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: Euerj, 2009.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RAFFESTIN, C. Écogénèse territoriale et territorialité. In: AURIAC, F.; BRUNET, R. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fayard/S.L. Fondation Diderot, 1986.

SANSOLO, D. & BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. & BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142-161.

TALAVERA, Augustin Santana. Turismo Cultura, Culturas Turísticas. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, outubro de 2003.

